



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0010180-36.2017.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**  
Requerente: **FABIO JULIO GONÇALVES**  
Requerido: **Roberto José Balbino**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter sido contratado pelo réu para prestação de serviços de segurança, a fim de acompanhar um funcionário do réu e auxiliá-lo na cobrança de quantia em dinheiro de um terceiro residente no Estado de Goiás.

Alegou ainda que foi ajustado o valor de três mil reais pelos serviços, mas que após a sua prestação não recebeu a quantia combinada.

Almeja à condenação do réu ao pagamento dessa quantia.

O réu a seu turno reconheceu a contratação indicada pelo autor, mas assentou que o recebimento do valor ajustado com o autor, que foi de dois mil reais e não três mil reais como esse argumentou, seria quitado mediante a compensação do cheque que foi recebido em razão da cobrança da dívida que efetuou.

Como nenhum dos cheques foram compensado,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

mas não porque se falar em qualquer obrigação entre as partes.

Assim posta a controvérsia nos autos, reputo que a pretensão deduzida não merece acolhimento.

Como se vê, há disparidade a propósito dos fatos.

Desde o início cada parte atribui uma versão aos fatos, detalhando de forma diferente a dinâmica dos acontecimentos.

Não houve interesse das partes na produção de qualquer outro tipo de prova, e inexistiu um só aspecto concreto que faça preponderar uma versão sobre a outra, bem como, o documento de fl. 04, contendo a exibição de um diálogo entre as partes, não é suficiente para se concluir que a contratação entre as partes se deu nos moldes indicados pelo autor.

Assim nesse contexto a improcedência da pretensão é a medida mais consentânea com o quadro delineado.

Isso porque em momento algum o autor demonstrou minimamente os fatos constitutivos de seu direito, de sorte que a improcedência da ação transparece de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 21 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**